

190				
		230		1

# Manifestação reúne 500 índios em Aracruz

Os indígenas querem um repasse maior que os R\$ 11 milhões concedidos pela empresa

ZENILTON CUSTÓDIO

**Linhares** - Sucursal - Cerca de 500 índios das aldeias de Aracruz promoveram, ontem, uma manifestação de protesto em frente ao portão principal da indústria Aracruz Celulose. O movimento, organizado pela Comissão Tupiniquim e Guarani, visa a pressionar a empresa a rever o acordo assinado no dia 2 de abril de 1998, que prevê o repasse de R\$ 11,7 milhões às comunidades indígenas no prazo de 20 anos. Eles cobram, entre outras reivindicações, o direito de tirar proveito dos juros financeiros gerados pela totalidade dos recursos, que são liberados semestralmente. A resposta da empresa foi taxativa: não renegocia o acordo.

A manifestação foi pacífica. Os índios chegaram ao local por volta das 8h30, transportados por ônibus e caminhões. Muitos estavam com os rostos pintados e usavam adornos característicos da cultura indígena. Antes dos discursos, um grupo munido de instrumentos típicos, como tambor, caixa e cazalo, dançou ao som de cantigas tupiniquins entoadas por um grupo de índias. O clima de relaxamento terminou quando os caciques iniciaram os contatos com a direção da empresa, propondo serem recebidos para discutir o acordo. A recusa da diretoria contribuiu para inflamar os discursos que marcaram o movimento.

A manifestação indígena foi reforçada pela presença de militantes partidários, sindicalistas da Central Única de Trabalhadores (CUT) e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de outras entidades. Ao som que Geraldo Vandré compôs *Para não dizer que não falei das flores* durante a ditadura militar, os índios caminharam cerca de um quilômetro do ponto de concentração, até o portão da fábrica, onde permaneceram por cerca de três horas.

"Esse dinheiro nos pertence e



Zenilton Custódio

## Apoio

A manifestação indígena ontem, em Aracruz, foi pacífica e contou, também, com a participação de lideranças partidárias e de membros da CUT, MST e outras entidades

temos o direito de exigir que tenha uma aplicação correta, para evitar a desvalorização. Os juros obtidos serão também aplicados nos projetos comunitários que estamos desenvolvendo nas aldeias", destacaram os índios no texto de um documento que foi distribuído durante a manifestação. Disseram, ainda, que teriam sido pressionados para assinar o acordo. Insistiram, também, na versão de que nas conversações com a Aracruz Celulose a moeda considerada era o dólar, mas que o acordo acabou sendo feito em Real. "Temos consciência de que fomos lesados", disse o cacique Cezenando, da aldeia Guarani.

Os índios também estão reivindicando adiantamento de recursos, sob o argumento de que pretendem dar continuação aos projetos comunitários previstos para o se-

gundo semestre de 1999. "Os recursos que estamos recebendo são insuficientes para aumentar a produção, gerar trabalho e renda para as famílias indígenas", alegaram.

O gerente de Meio Ambiente e Relações Corporativas da Aracruz Celulose, Carlos Alberto Roxo, sustentou a intenção de não renegociar o acordo em um ponto fundamental. Argumentou, porque não existe nenhum indício que possa comprometer a validade e a credibilidade do acordo, foi assinado pelas lideranças indígenas e ratificado por 458 pessoas da comunidade. A posição, conforme foi destacado em um documento em que a empresa se manifesta oficialmente sobre a questão, "está amparada em um relatório preliminar da Fundação Nacional do Índio (Funai), de que os recursos repassados às comunidades não estão sendo devi-

damente utilizados no projeto, mas desviados para diversos fins, não havendo, além disto, a necessária comprovação das despesas".

Roxo propôs, inclusive, a realização de uma auditoria nas contas indígenas por uma empresa independente e especializada. Fez questão, entretanto, de esclarecer que não suspeita do levantamento desenvolvido pela Funai, achando apenas que o órgão não tem capacidade para exercer este tipo de atividade.

"Achamos que o acordo foi generoso", disse o gerente, afirmando que em nenhum momento a empresa se negou a dialogar com os índios, mas que não os receberia sob pressão. Ele considerou a possibilidade de o movimento indígena estar sendo motivado por razões políticas, mas preferiu não entrar no mérito da questão.